


pretextos

Revista do Instituto da Segurança Social, I.P.



**Novos apoios sociais
às famílias**

**A Qualidade das
Respostas Sociais**

**O Acolhimento
de Crianças e Jovens
em Instituição**

**Dia Nacional da
Segurança Social**



CERTIFICADOS DE REFORMA



CERTIFICADOS DE REFORMA

O SEU FUTURO MAIS SEGURO

Para mais informações:

Consulte o folheto informativo.

Aceda ao site da Segurança Social, em www.seg-social.pt

ou ligue para o número **808 020 020** ou

dirija-se aos serviços de atendimento da Segurança Social.

Editorial

Edmundo Martinho

Presidente do Conselho Directivo do
Instituto da Segurança Social, I.P.

A consolidação da rede de equipamentos sociais é hoje um dos objectivos de maior relevância na actividade do Instituto da Segurança Social. O programa PARES é o símbolo deste imenso desafio. Mas se o alargamento da rede de serviços sociais constitui um pilar central do reforço da protecção social em Portugal, a dimensão de qualidade desses equipamentos é condição indispensável para que cumpram efectivamente o seu papel de apoio e suporte à vida das famílias para que existem.

Do trabalho que temos vindo a fazer nesse domínio e dos resultados já alcançados, vos damos conta neste número da PRETEXTOS.

Ainda na área das respostas sociais, vos deixamos um olhar especial para o Encontro "O acolhimento de Crianças e Jovens em instituição: perspectivas, desafios e paradigmas", que juntou durante dois dias, técnicos, dirigentes de instituições de acolhimento de crianças e jovens, investigadores e outros profissionais, para uma reflexão conjunta sobre a actual situação do acolhimento em Portugal e, sobretudo, para onde queremos e estamos a caminhar.

O desenvolvimento social e o trabalho que vem sendo feito para uma sociedade socialmente mais coesa tem várias frentes, de que alguns exemplos são tratados nesta edição da Pretextos: a assinatura dos novos Contratos Locais de Desenvolvimento Social, visando promover a inclusão social dos cidadãos através de acções a executar em parceria no combate à pobreza persistente e à exclusão social em territórios deprimidos; os novos apoios sociais, como o subsídio social de maternidade, paternidade e adopção e a majoração do abono de família nos escalões de menores rendimentos e nas situações de monoparentalidade, que introduz uma protecção acrescida em grupos reconhecidamente mais vulneráveis; a avaliação da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, que juntou em diversos encontros centenas de técnicos e em que, para além da apresentação e discussão dos resultados de um ano de trabalho, se promoveu também a reflexão conjunta sobre diferentes temáticas relacionadas com a promoção dos direitos e a protecção das crianças e jovens.

Um conjunto de temas que dão conta de como em diversas frentes se encontram os esforços de milhares de instituições e técnicos num esforço conjugado de promoção da inclusão. □

Ficha Técnica

Propriedade

Instituto da Segurança Social, I.P.

Director

Edmundo Martinho

Coordenação

Ana Paula Martins

Maria João Quedas

Supervisão Técnica

Dina Moura

Vasco Barata

Secretariado

Isabel Ferreirinha

Natalina Luís

Conselho Editorial

Ana Isabel Carvalho, Ana Paula Revez, Arlindo Cardoso, Cecília Cavalheiro, Clemente Galvão, Leocádia Flores, Mateus Teixeira, Maria da Conceição Ferraz, Maria José Ferreira, Maria José Martins Maia, Maria da Luz Claro, Mónica Baptista, Rita Cortes Castel-Branco, Tânia Fernandes, Teresa Bomba, Vanda Silva Nunes.

Colaboraram nesta edição

Ana Cristina Venâncio, Alda Teixeira Gonçalves, Alexandra César, Centro Distrital de Leiria, Cláudia Silva, Gertrudes Loureiro, Ivone Monteiro, José Falcão Amaro, Liliana Monteiro, Nuno Lourenço, Pedro Antunes, Ricardo Carvalho.

Redacção e Assinatura

Rua Rosa Araújo, 43 • 1250-194 Lisboa

Tel.: 21 310 20 00 • Fax.: 21 310 20 90

E-mail: .m.joao.quedas@seg-social.pt

Data de Publicação

Junho 2008

Periodicidade

Trimestral

Design e paginação

Aba Design, Comunicação e Equipamento, Lda.

Impressão

SOGAPAL

Tiragem

22 000 exemplares

Distribuição

Gratuita

Depósito Legal: 154679/2000

ISSN: 0874-9698

Revista disponível em www.seg-social.pt

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução dos artigos publicados, para fins não comerciais, desde que indicada a fonte e informada a Revista.

Sumário

Editorial	1
A Qualidade das Respostas Sociais	3
Novos apoios sociais às famílias	5
Encontro "O Acolhimento de Crianças e Jovens em Instituição"	7
Contratos Locais de Desenvolvimento Social	9
Cascais assina Protocolo ao Contrato Local de Desenvolvimento Social	10
Segurança Social comemora mais um 8 de Maio	11
CSI - Benefícios Adicionais de Saúde	17
Porto promove CSI	18
Encontros Anuais de Avaliação da actividade das CPCJ	19
Notícias	21
Ecos	28
Sites: Migração	30
Bibliografia Temática	31



A Qualidade das Respostas Sociais um futuro sustentável

O modelo de gestão da qualidade das respostas sociais promovido pelo Instituto da Segurança Social (ISS), vem responder particularmente a três desafios que actualmente se colocam às organizações que prestam serviços de apoio social. Em primeiro lugar, a necessidade premente de qualificação dos agentes e das respostas sociais para que possam responder de forma mais eficiente e eficaz às necessidades e expectativas dos clientes dos seus serviços, o que implica a passagem da tradicional intervenção assistencialista para uma outra forma de trabalhar, em que a prevenção e a promoção do desenvolvimento social passam a ser as palavras-chave condutoras de uma intervenção qualificada.

Em segundo lugar, a sustentabilidade dos serviços através de uma gestão estratégica assente nos princípios da melhoria contínua, do planeamento, da liderança e da cooperação e participação colectivas.

Finalmente, como terceiro desafio, a cada vez maior competitividade do terceiro sector constituindo um nicho de mercado a explorar por vários agentes.

Partindo do princípio que estes desafios constituem oportunidades de mudança para que a prestação de serviços se desenvolva através de uma cultura da qualidade com valores

orientados para as pessoas, para a sua dignidade, para a defesa dos seus direitos, para a solidariedade, para o profissionalismo e para a arte de saber fazer bem, o Programa de Cooperação para o Desenvolvimento da Qualidade e Segurança das Respostas Sociais vê assim assegurado o objectivo de "garantir aos cidadãos o acesso a serviços de qualidade adequados à satisfação das suas necessidades e expectativas".

O manual de gestão da qualidade das respostas sociais constitui uma ferramenta para a implementação de um sistema de gestão da qualidade de uma organização, reunindo os princípios e conceitos de excelência da qualidade que estabelecem os padrões de desempenho e os necessários critérios quantificáveis, que implementados de forma gradual, permitem avaliar todo o trabalho realizado, medindo a satisfação e percepção dos clientes, colaboradores e parceiros de uma determinada resposta.

A gestão proactiva das instituições de apoio social constitui a finalidade do sistema que agora se implementa e são várias as organizações que, seguindo o modelo desenvolvido e disponibilizado, desde 2005, pelo ISS para as respostas sociais Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Dia e Creche, apresentam já serviços certificados, nomeadamente, pela norma NP EN ISO 9001:2000, testemunhando o quanto a implementação

do sistema de qualidade facilitou e, principalmente, diminuiu o volume de trabalho, permitindo um funcionamento normalizado e sistematizado que rentabiliza recursos e permite uma clara definição de prioridades.

A aplicação dos princípios da gestão da qualidade é já a realidade de algumas instituições e conceitos como “cliente”, “stakeholders” e “benchmarking” estão hoje interiorizados e fazem parte do dia-a-dia de muitos colaboradores e suas direcções, realidade que se reafirma a cada momento de discussão, reflexão e partilha de experiências.


A gestão da qualidade das respostas sociais não é mais uma opção, mas antes uma necessidade sentida pelas instituições, que comprometidas com o bem-estar dos seus clientes, fomentam o trabalho de qualidade, em que a participação, o saber e compromisso de todos, a descentralização, a transparência da gestão, a eficácia e eficiência, concorrem directamente para uma gestão qualificada do todo da instituição. Privilegiar uma visão holística do sistema e desenvolver um conjunto de

actividades coordenadas para dirigir e controlar, é apostar na qualidade total, qualidade que está atenta a todas as partes interessadas, aos resultados, ao valor que se produz, à gestão por processos, ao cliente, à melhoria contínua e à aplicação de normas que definem padrões de qualidade.

É este o desafio que propomos - uma gestão das Respostas Sociais optimizada, controlada, sistematizada e inovadora - um desafio que desenvolveremos em conjunto e em estreita cooperação com os nossos parceiros sociais, para que todos, sem excepção e com responsabilidade, envidemos os esforços necessários que garantam a completa satisfação dos clientes, dos colaboradores e das comunidades.

Actualmente encontram-se já concebidos pelo Instituto da Segurança Social, os manuais de gestão da qualidade das respostas sociais Creche, Apoio Domiciliário, Centro de Dia, Lar de Infância e Juventude, Centro de Acolhimento Temporário, Lar Residencial, Centro de Actividades Ocupacionais e Lar de Idosos. □





Novos apoios sociais às famílias

Clemente Galvão

Departamento de Prestações e Atendimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
clemente.galvao@seg-social.pt

Depois da criação pelo Decreto-Lei n.º 308-A/2007, de 5 de Setembro, do abono de família pré-natal, atribuído às grávidas a partir da 13ª semana de gestação, e do prolongamento até ao terceiro ano de vida da majoração do abono de família às famílias mais numerosas, como medidas de incentivo à natalidade e de discriminação positiva destas famílias, para reforço da sua protecção num período em que os encargos familiares são acrescidos, o Governo aprovou recentemente dois Decretos-Leis que instituem novos apoios sociais no âmbito do Sistema de Protecção Social de Cidadania, para reforço da protecção na maternidade, paternidade e adopção e da protecção às famílias monoparentais.

Os subsídios sociais de maternidade, de paternidade, por adopção e por riscos específicos, integrados no Subsistema de Solidariedade, visam garantir protecção aos cidadãos com menores recursos económicos, não integrados no mercado de trabalho ou com carreira contributiva insuficiente para a sua cobertura pelo Sistema Previdencial, abrangendo cidadãos nacionais, estrangeiros, refugiados ou apátridas, residentes em Portugal, nas seguintes eventualidades, por tipo de subsídio:

- Subsídio Social de Maternidade: situações de parto de nado vivo ou morto, aborto espontâneo, interrupção voluntária da gravidez, nos termos do art.º 142.º do Código Penal, e risco clínico para a grávida ou nascituro.
- Subsídio Social de Paternidade: situações de parto de nado vivo e em caso de morte ou incapacidade da mãe.
- Subsídio Social de Adopção: confiança judicial ou administrativa de menores de 15 anos aos candidatos a adoptantes.
- Subsídio Social por Riscos Específicos: situações em que a actividade profissional das mulheres grávidas ou puérperas comportem riscos para a sua segurança ou saúde ou tenham repercussões na gravidez ou amamentação.

A condição de recursos para a atribuição destes subsídios é definida em função do rendimento mensal per capita do agregado familiar que não pode exceder 80% do Indexante de Apoios Sociais (IAS), correspondendo em 2008 ao limite de € 325,93.

O subsídio social de maternidade por risco clínico e o subsídio social por riscos específicos estão ainda sujeitos à condição de exercício de actividade profissional determinante de enquadramento obrigatório em regime de Segurança Social, destinando-se assim às trabalhadoras que não cumpram os requisitos de atribuição dos correspondentes subsídios do Sistema Previdencial.

O valor diário destes subsídios corresponde a 80% de 1/30 do IAS, sendo em 2008 o montante de € 10,86, valor que também foi definido como limite mínimo para os subsídios de maternidade do Sistema Previdencial.

Os períodos de concessão são de 120 dias para o subsídio social de maternidade, acrescido de 30 dias por cada gémeo além do primeiro, sem prejuízo da opção pelo período de 150 dias prevista no art.º 68.º do Código do Trabalho, e de 14 a 30 dias nos casos de aborto espontâneo ou nas situações do art.º 142.º do Código Penal, de 5 dias para o subsídio social de paternidade ou pelo período remanescente no caso de morte ou incapacidade da mãe, e de 100 dias no caso de adopção.

Nas situações de risco clínico ou no caso de subsídio social por risco específico, o período de concessão é o que for considerado necessário, por prescrição médica, para a sua prevenção.

No âmbito do Subsistema de Protecção Familiar, o reforço da protecção às famílias monoparentais visa discriminar positivamente estes agregados, social e economicamente mais vulneráveis, como resposta às necessidades específicas destas famílias, bem como promover o aumento da taxa de natalidade, traduzindo-se numa majoração de 20% que incide sobre o valor do abono de família para crianças e jovens, incluindo outras majorações e bonificações, e sobre o valor do abono de família pré-natal.

São considerados como agregados familiares monoparentais os constituídos por um único parente ou afim em linha recta ascendente e em linha colateral, até ao 2º grau, que vivam em economia familiar com as crianças ou jovens titulares do abono de família.

No caso do abono de família pré-natal são abrangidas as grávidas que vivam isoladamente ou apenas com titulares do abono de família para crianças e jovens.

Os novos apoios sociais tiveram efeitos a partir de 1 de Abril de 2008, abrangendo as situações em curso nessa data. □





Encontro O acolhimento de Crianças e Jovens em Instituição perspectivas, desafios e paradigmas

Em Portugal, em 2007 o acolhimento institucional constituiu uma resposta alternativa para cerca de 9.600 crianças e jovens em situação de perigo, com medidas de Promoção e Protecção. Essas crianças e jovens estiveram acolhidas em 216 Lares de Infância e Juventude e 109 Centros de Acolhimento Temporário.

A importância desta temática determinou, e determina, a necessidade de uma reflexão contínua, impulsionadora da evolução das políticas sociais, e em consequência, maior firmeza na concretização de direitos específicos das crianças acolhidas nas instituições.

Assim e no sentido de serem encontradas, partilhadas e reflectidas respostas a estas premissas, realizou-se no Europarque, em Santa Maria da Feira, nos passados dias 27 e 28 de Março, um encontro promovido pelo Instituto da Segurança Social (ISS) com a temática “O acolhimento de Crianças e Jovens em instituição: perspectivas, desafios e paradigmas”.

O evento teve como objectivos, a reflexão sobre os progressos

e fragilidades do Sistema Nacional de Acolhimento de crianças e jovens, e a partilha de experiências e perspectivas de intervenção, que pudessem contribuir para a implementação e consolidação de novos paradigmas de acolhimento de crianças e jovens em instituição.

Durante dois dias, técnicos, dirigentes de instituições de acolhimento de crianças e jovens, investigadores e outros profissionais, num total de cerca de 500 participantes, fizeram uma reflexão conjunta sobre a actual situação e, sobretudo, para onde estamos a caminhar, no sentido da consolidação de um novo paradigma neste âmbito de intervenção.

Do debate extraído dos vários painéis temáticos: Painel I - Parentalidade Positiva, Painel II - Acolhimento Temporário, Painel III - A Gestão Da Qualidade Nas Instituições de Acolhimento, Painel IV - Desinstitucionalização de Crianças e Jovens: Inserção na Família e na Comunidade, Painel V - Relacionamento entre as Instituições de Acolhimento e as CPCJ/Ministério Público/Tribunais, Painel VI - Padrões de Relacionamento dos Jovens nas Instituições de Acolhimento, e

das várias comunicações dos peritos presentes neste Encontro resultaram expectativas e vários compromissos, designadamente, a conjugação de esforços para mais e melhor trabalho com as crianças e jovens nas instituições:

Assim, e no que concerne ao novo modelo de acolhimento institucional, que se pretende temporário, este deverá ser encarado como um período delimitado no tempo durante o qual será necessário o afastamento da criança ou do jovem dos seus ambientes familiares, para que se possa intervir de uma forma terapêutica junto destas e das suas famílias (entenda-se estas como a família nuclear de origem, a família alargada ou outra, em alternativa), com vista ao seu retorno.

Um outro aspecto central a ser levado em conta é o trabalho preventivo com as famílias que evite a institucionalização das crianças e jovens, rentabilizando os recursos existentes e potenciando novos, como por exemplo o Mecenato, e tem de ser feito de e para as pessoas, sempre com optimismo de forma a que se transformem os problemas em desafios.

Actualmente, a problemática das crianças e jovens em perigo merece e justifica medidas sociais e jurídicas que envolvam o Estado e toda a sociedade, numa vivência participada e activa da cidadania. O debate sobre os problemas e as estratégias, bem como a criação de respostas eficientes e positivas, impli-

ca cada vez mais uma preparação teórico-prática, partilha e discussão transdisciplinar tanto das experiências positivas e negativas, como dos sucessos e insucessos, com o envolvimento de todos os intervenientes.

Parafraseando o Edmundo Martinho, Presidente do Conselho Directivo do ISS, aquando do encerramento dos trabalhos e referindo-se a todo o trabalho desenvolvido durante o mesmo: este é “um sinal muito positivo de que os actores deste sistema de protecção das crianças estão empenhados em encontrar melhores soluções para as suas actividades”. □





Contratos Locais de Desenvolvimento Social

Pedro Antunes

Unidade de Qualificação das Famílias e do Território
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
pedro.m.antunes@seg-social.pt

A Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, criou o Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), tendo como finalidade promover a inclusão social dos cidadãos, de forma multisectorial e integrada, através de acções a executar em parceria, por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

Os CLDS contemplam um modelo de gestão que prevê o financiamento induzido de projectos seleccionados centralmente, privilegiando territórios com públicos alvo que estão identificados como mais vulneráveis e acções de intervenção obrigatória que respondam às necessidades diagnosticadas, as quais se inserem nos quatro eixos seguintes:

- Emprego, formação e qualificação;
- Intervenção familiar e parental;
- Capacitação da comunidade e das instituições;
- Informação e acessibilidade.

Após a assinatura do Protocolo de Compromisso, que inicia o processo de definição e execução de cada CLDS, um grupo de trabalho constituído pela Entidade Coordenadora Local da Parceria e pelo núcleo executivo da Rede Social local, deverá elaborar o plano de acção do CLDS. Este deverá ser proposto ao Conselho Local de Acção Social, para parecer, e em seguida submetido à Câmara Municipal, para ratificação. Só após este processo será submetido ao Instituto da Segurança Social (ISS) para aprovação final.

Para além do financiamento induzido, da definição de eixos e acções obrigatórias, e da importância atribuída à Rede Social

e às autarquias (Câmaras Municipais) outro dos elementos inovadores do Programa CLDS, é permitirem financiamento a mais do que uma entidade, no caso de existirem parceiros responsáveis pela execução de uma ou mais acções contempladas no plano de acção do CLDS.

No decorrer de 2007 foram assinados 7 Protocolos de Compromisso para o desenvolvimento de CLDS. Nomeadamente, em Aldoar, no Concelho do Porto; Vila d'Este, em Vila Nova de Gaia; Baião; Vale do Ave, abrangendo os Concelhos da Trofa, Stº Tirso, Póvoa de Lanhoso e Fafe; Vidigueira; Mértola e da Sertã.

Em 2008, prosseguiu o alargamento do Programa de CLDS, com a assinatura de Protocolo para o Concelho de Vinhais, seguindo-se uma fase em que se privilegiaram intervenções em territórios críticos das áreas metropolitanas, abrangendo bairros e freguesias dos concelhos de, Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira, Sintra, Odivelas, Setúbal, Barreiro, Seixal, Cascais, Oeiras e Alcácer do Sal.

Recentemente, o programa foi objecto de actualização regulamentar, através da Portaria n.º 285/2008, de 10 de Abril, que actualiza a Portaria n.º 396/2007, e do Despacho do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, de 26 de Maio de 2008, através do qual são alteradas as normas orientadoras para a execução dos CLDS.

Toda a legislação relativa a este programa encontra-se disponível em www.seg-social.pt. □

Cascais assina protocolo ao Contrato Local de Desenvolvimento Social

Ana Cristina Venâncio
Serviço Local de Segurança Social de Cascais
Centro Distrital de Lisboa
Instituto da Segurança Social, I.P.
ana.s.venancio@seg-social.pt



No passado dia 17 de Abril, pelas 10 horas, decorreu nas instalações da Casa de Sta. Maria, em Cascais, a cerimónia de assinatura do protocolo ao Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) entre o Instituto da Segurança Social (ISS), a Câmara Municipal e a Sta. Casa da Misericórdia de Cascais. A cerimónia foi presidida pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, e o protocolo assinado pelo Vogal do Conselho Directivo, Luís Meneses, em representação do ISS.

Este CLDS seleccionou o território dos Bairros Calouste Gulbenkian e da Adroana, sitos na freguesia de Alcabideche, os quais manifestam características comuns que passam por zonas de realojamento social, com fracas acessibilidades, insuficiência de equipamentos sociais, concentração de famílias sem qualificação profissional e com crianças e jovens onde a taxa de abandono e/ou insucesso escolar é elevada, a par do fenómeno da pobreza persistente e intergeracional.

Trata-se de um território que o CLAS de Cascais à muito vinha identificando como prioritário em termos de uma intervenção transversal, abrangente e multidimensional e que a assinatura do CLDS vem agora potenciar, a par de outras intervenções já em curso, na base das estruturas locais de parceria que se instituem como uma forte aposta na intervenção social no concelho de Cascais em geral e em zonas fragilizadas em particular. □



Segurança Social comemora mais um 8 de Maio

Logo pela manhã, a Sala Tejo do Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações, abriu as portas para comemorar mais um Dia Nacional da Segurança Social.

Muitos foram os presentes nesta comemoração, desde governantes, dirigentes e colaboradores da Segurança Social, que partilharam a manhã com alunos do 3º Ciclo do Distrito de Santarém, com o apresentador Fernando Alvim e os cantores Paula Teixeira e Filipe Gonçalves.



Fernando Alvim e Adelaide Banha, colaboradora do Gabinete de Comunicação do Instituto da Segurança Social (ISS), foram os primeiros a subir ao palco. As boas-vindas que dirigiram a todos os presentes faziam prever uma animada manhã.

Após uma curta intervenção, anunciaram a presença do Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques, que iniciou as comemorações do dia 8 de Maio.



Com a presença no palco do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, e da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, foram entregues aos dirigentes máximos dos vários organismos da Segurança Social (Departamento de Acordos Internacionais de Segurança

Social, Direcção-Geral da Segurança Social, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Instituto de Informática e Instituto da Segurança Social) Diplomas de Mérito aos trabalhadores com 35 anos de serviço.



Também este ano, a Medalha de Honra da Segurança Social distinguiu duas personalidades pelo reconhecimento da longa carreira profissional ao serviço do Sistema.

A homenageada Elza Maria Pires Chambel, no seu discurso emocionado, agradeceu a atribuição da medalha, dedicando-a à família que sempre a apoiou e à colaboração das equipas com quem trabalhou ao longo dos anos.



O homenageado Rafael de Oliveira Borralho não esteve presente por motivos de doença, recebendo o seu filho, Rafael António Borralho, a Medalha de Honra das mãos do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva.

Seguiu-se a intervenção de Vieira da Silva que cumprimentou os presentes. No seu discurso deixou uma mensagem de reconhecimento a todos os que trabalham na Segurança Social.





A boa disposição que reinava na sala teve o seu ponto mais alto com a entrega dos troféus do concurso “Segurança Social, agora e sempre” a turmas do 3º ciclo de três escolas do Distrito de Santarém.

Do gigantesco oito e envoltos numa cortina de fumo, surgiram os alunos vestidos de amarelo, vermelho e verde, para receberem os prémios e os troféus, surpreendendo os que assistiam à comemoração.

Fernando Alvim chamou a turma C, do 7º ano, da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos, Gualdim Pais, de Tomar, vestida de amarelo, para receber o troféu do 3º prémio, entregue por Elza Chambel a um representante da turma, pelo trabalho realizado em powerpoint com o título “Segurança Social - um bem a preservar, para bem de todos nós...”, coordenado pelo professor Alberto Miguel Câmara.

Entregue pela Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, a turma B, do 7º ano, da Escola Secundária Dr. Solano de Abreu, de Abrantes, com camisolas vermelhas, recebeu o 2º prémio pelo trabalho de cinco calendários sobre os Direitos das Crianças, coordenado pela professora Célia Margarida Alcaravela.

De verde, entrou a turma C, do 8º ano, da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Manuel de Figueiredo, de Torres Novas, classificada em 1º lugar pelo trabalho em powerpoint “Segurança Social, Agora e Sempre – cumpra os seus deveres, exerça os seus direitos”, coordenado pela professora Paula Alexandra Costa. O troféu foi entregue pelo Secretário de Estado da Segurança Social, Pedro Marques.



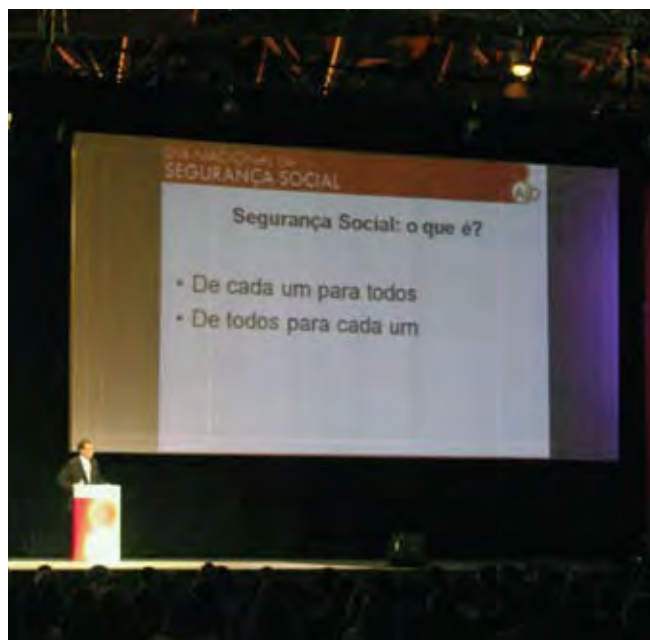


Viveram-se momentos divertidos e de alegre descontração.

Da plateia os alunos assistiram ao filme "Segurança Social, agora e sempre". A escola D. António da Costa, de Almada, foi cenário das entrevistas realizadas a alunos do 8º ano.

As iniciativas com os alunos resultaram da parceria com a Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, na pessoa de Nuno Pinheiro que, empenhadamente, colaborou para que a Segurança Social chegasse às escolas.

Tendo o filme como mote, o Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho, subiu ao palco para apresentar a edição de um livro, destinado a alunos do 3º ciclo de todas as escolas do país, que explicará o que é a Segurança Social numa linguagem simples e apelativa para os jovens.



Pedro Marques subiu mais uma vez ao palco e encerrou as comemorações. Mas, estas não acabaram aqui!...



Os apresentadores Fernando Alvim e Adelaide Banha despediram-se em clima de festa, deixando no palco os cantores Paula Teixeira e Filipe Gonçalves.

Uma manhã bem passada e descontraída que culminou com a actuação dos dois cantores. □



Complemento Solidário para Idosos

Benefícios Adicionais de Saúde

Os beneficiários do Complemento Social para Idosos (CSI) podem reduzir as suas despesas de saúde através dos Benefícios Adicionais de Saúde.

O Estado comparticipa nas despesas de:

- Medicamentos – 50% da parcela do preço não comparticipada;
- Óculos e Lentes – 75% da parcela não comparticipada até 100 Euros, num intervalo de dois anos;
- Próteses Dentárias Removíveis – 75% da parcela da despesa não comparticipada na aquisição e reparação até 250 Euros, num intervalo de três anos.

No âmbito do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral, os beneficiários do CSI têm também direito a consultas e tratamentos de medicina dentária, através dos cheques-dentista, que são emitidos e entregues pelo respectivo Centro de Saúde, onde podem ser solicitadas todas as informações.

Para obterem os Benefícios Adicionais de Saúde, os beneficiários do CSI tem que efectuar o pedido de reembolso no Centro de Saúde, no prazo de 180 dias, após a realização da despesa, com a apresentação dos seguintes documentos:

- Declaração, emitida pela Segurança Social, que comprove o direito ao CSI (apenas para o primeiro pedido);
- Cópia da receita médica e da respectiva factura;
- Facturas discriminadas comprovativas da despesa;
- Documentos de prescrição de óculos e lentes de contacto.

O pagamento do reembolso será efectuado em conjunto com a prestação mensal do CSI do mês seguinte ao da ordem de pagamento.

Para qualquer esclarecimento, está disponível a linha telefónica 808 274 200. □



Porto promove Complemento Solidário para Idosos

No passado dia 21 de Junho, o Centro Distrital do Porto do Instituto da Segurança Social (ISS) promoveu o atendimento a cerca de 1.500 idosos, potenciais requerentes do Complemento Solidário para Idosos (CSI), que corresponderam à convocatória.

Os serviços de atendimento de Vila Nova de Gaia, Olival, Gondomar, Rio Tinto, Doze Casas e António Patrício estiveram abertos, entre as 9h00 e as 16h00, para acolher e ajudar os idosos na instrução dos requerimentos.

O alargamento do CSI a idosos a partir dos 65 anos e o novo modelo de requerimento, estiveram na base desta iniciativa. Dadas as características especiais destes cidadãos, pretendeu-se também proporcionar um atendimento mais personalizado e ao mesmo tempo possibilitar que se fizessem acompanhar de familiares que, por se tratar de um Sábado, teriam mais disponibilidade para o efeito.

O atendimento a idosos potenciais requerentes de CSI repetiu-se no Sábado dia 28 de Junho, nos serviços de Porto e Vila Nova de Gaia. □



Encontros Anuais de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens

Em cumprimento do disposto no art.º 32º, n.º 5, da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), a Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR) promoveu a realização dos encontros anuais de avaliação da actividade das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) no ano de 2008. Estes encontros, para além dos objectivos muito relevantes de apresentar e discutir de uma forma aberta e franca os resultados de um ano de trabalho das Comissões de Protecção, têm também como finalidade promover a reflexão conjunta sobre diferentes temáticas relacionadas com a promoção dos direitos e a protecção das crianças e jovens.

À semelhança dos anos anteriores, realizaram-se três encontros de avaliação da actividade das Comissões de Protecção, divididos pelas regiões norte, centro e sul do país. Em 2008 os encontros tiveram lugar nos seguintes locais e datas:

- Portimão / Lagos – 13 e 14 de Maio, abrangendo as CPCJ dos distritos de Faro, Beja, Évora, Lisboa, Portalegre e Setúbal, bem como as da Região Autónoma da Madeira;
- Lousã – 20 e 21 de Maio, abrangendo as CPCJ dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Santarém e Viseu;
- Viana do Castelo – 26 e 27 de Maio, abrangendo as CPCJ

de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real, bem como as da Região Autónoma dos Açores.

Consciente dos actuais desafios que se colocam ao sistema de protecção, designadamente ao nível da articulação da intervenção entre entidades e instituições que concorrem para a efectivação dos direitos das crianças, a CNPCJR decidiu dedicar os encontros anuais de 2008 ao tema dos “Direitos da Criança e sua concretização – desafios para uma intervenção integrada”.

Os encontros deste ano foram enriquecidos com a presença do Professor Doutor José Ornelas, do Dr. Laborinho Lúcio e do Professor Doutor Manuel Sarmiento, que respectivamente em Portimão, Lousã e Viana do Castelo, realizaram uma conferência subordinada ao tema do Encontro, partilhando com os presentes a sua visão e pensamento que, densificando o conceito de criança enquanto sujeito de direitos, apontaram caminhos, estratégias e acções que possibilitem a concretização desses direitos em cada uma das crianças.

Com o intuito de aprofundar a reflexão e a discussão sobre aspectos específicos relacionados com a temática geral dos encontros, realizaram-se, simultaneamente, quatro painéis temáticos dedicados aos seguintes assuntos:



- "Formação Parental: virtualidades e exigências";
- "As entidades, as CPCJ, o Ministério Público e os Tribunais: que interacção?"
- "A Modalidade Alargada da CPCJ e o Direito da Criança à Comunidade"
- "A Execução de Medidas de Protecção: tempo da criança/ tempo da medida"

A dinamização destes painéis ficou a cargo de pessoas de reconhecido e indiscutível mérito, cujo saber e experiência nos domínios da promoção dos direitos e na protecção das crianças, contribuiu para que a discussão e as conclusões destes grupos de trabalho revelassem grande qualidade técnica e científica e, simultaneamente, a preocupação de traduzir na prática todo o saber teórico adquirido. Não sendo possível nomear todos os dinamizadores dos painéis temáticos, remetemos essa indicação para o "site" da Comissão Nacional (www.cnpcjr.pt).

É ainda de referir que em cada um dos encontros realizados foi apresentado, pela equipa de investigação, o "Estudo de Diagnóstico e Avaliação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens", coordenado pela Professora Doutora Anália Torres.

Em conclusão, os Encontros Anuais de Avaliação da Actividade das Comissões de Protecção mereceram da parte dos presentes uma avaliação francamente positiva, sendo de destacar a qualidade das intervenções dos palestrantes e os caminhos apontados para a resposta às exigências que a concretização dos direitos da criança implica. Dessas conclusões, destaca-se também o reconhecimento do trabalho das Comissões de Protecção que, materializando o direito fundamental da criança à comunidade, se constituem como pilar indispensável de um

sistema de promoção e protecção exigente e democrático.

Por último, gostaríamos de destacar e de agradecer, muito sensibilizados, a hospitalidade e colaboração prestada pelos Municípios e Comissões de Protecção que receberam os Encontros Anuais, bem como o precioso auxílio e cooperação do Gabinete de Comunicação do ISS, I.P. na sua organização. □

Assinatura da Revista Pretextos

Caro(a) Leitor(a),

Se pretende ser assinante da Revista
Pretextos envie-nos o seu pedido para:

Redacção da Revista Pretextos
Rua Rosa Araújo, nº 43
1250-194 Lisboa
Fax: 21 310 20 95
E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt

Passará a recebê-la, gratuitamente, na
morada que nos indicar, já a partir do
próximo número!

Boas leituras!

Revista disponível para download em
www.seg-social.pt



Assinatura de Contratos PARES II

No Dia Mundial da Criança, 1 de Junho, junto ao parque da cidade de Loures, onde famílias e crianças se reuniram para celebrar alegremente este dia especial, o Palácio dos Marquês da Praia foi palco para a assinatura de contratos do Programa PARES II, do Distrito de Lisboa.

Com início marcado para as 15 horas, procedeu-se à assinatura de nove contratos do PARES II das instituições:

- Ajuda de Mãe – Associação de Solidariedade Social (Oeiras)
- Associação Portuguesa Familiares Amigos de Alzheimer (Cascais)
- Centro Comunitário Paroquial de Famões (Odivelas)
- Cooperativa Sócio Educativa Desenvolvimento Comunitário, CRL (Loures)
- Centro Social de Sacavém (Loures)
- Creche Popular de Rio de Mouro (Sintra)





- Fundação AFID Diferença (Amadora)
- Núcleo Regional Sul da Associação Portuguesa Paralisia Cerebral (Odivelas)
- Santa Casa de Misericórdia de Arruda dos Vinhos (Arruda dos Vinhos).

A abrir a sessão o Presidente da Câmara Municipal de Loures, Carlos Alberto Dias Teixeira, agradeceu a presença de todos num momento importante para o concelho.

No uso da palavra o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, enalteceu o esforço financeiro para reforço da área social, nomeadamente a nível das creches para

todos os cidadãos, reduzindo a enorme lacuna existente.

O Primeiro Ministro, José Sócrates, reforçou o discurso de Vieira da Silva e deixou em aberto um PARES III para a valência creches.

Após a cerimónia de assinatura dos contratos de PARES II, todos os presentes foram convidados para a inauguração da Casa da Palmeira, da Associação Luís Pereira da Mota.

A Casa da Palmeira é um edifício multifuncional que irá ficar sedado em Loures e que visa alargar a área de acção desta Associação de solidariedade social, ajustando-a às necessidades da população de Loures no que toca ao apoio social efectivo. □



Doenças Profissionais

Pensionistas, número de pagamentos e montantes pagos em 2007

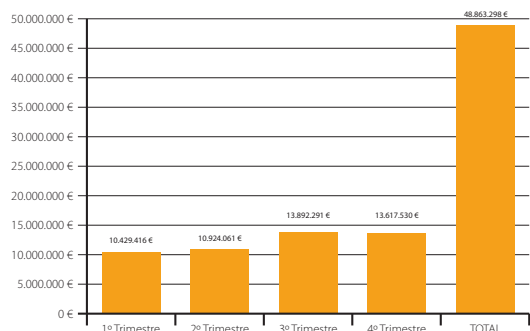
Gertrudes Loureiro

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais
Instituto da Segurança Social, I.P.
gertrudes.c.loureiro@seg-social.pt

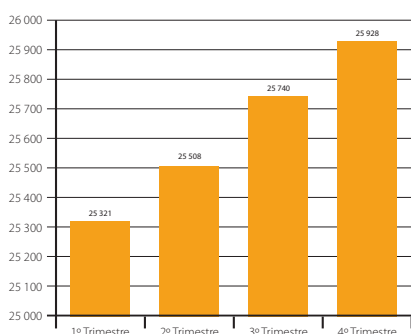
Em 2007, o Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais (CNPRP) abrangeu, no âmbito da sua missão, um total de 25.928 Pensionistas, tendo efectuado ao longo do ano 306.799 pagamentos num total de € 48.863.298.

Por ano são analisados cerca de 5.000 novos requerimentos de pedidos de certificação de Doença Profissional. □

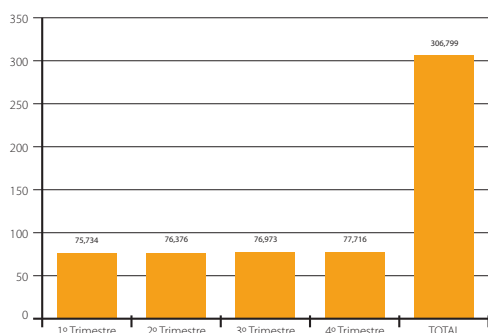
Evolução dos Montantes Pagos por Doença Profissional no ano 2007



Evolução dos Pensionistas por Doença Profissional no ano 2007



Evolução do Nº de Pagamentos por Doença Profissional no ano 2007



Fonte: CNRPR/ISS - Junho de 2008

A Peritagem médica em neurologia



Conceição Ferraz

Conselho Médico
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.conceicao.ferraz@seg-social.pt

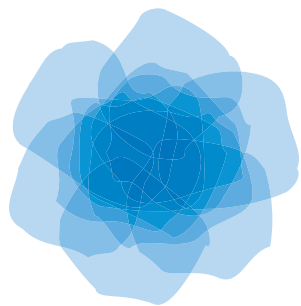
O Hotel Miracorgo, em Vila Real, foi palco de um seminário no âmbito da peritagem médica na Segurança Social, dedicado à temática da neurologia.

Promovido pelo Conselho Médico do Instituto da Segurança Social (ISS), no âmbito do plano de acção de formação dos peritos médicos do Sistema de Verificação de Incapacidades (SVI), o evento contou com a presença de inúmeros médicos que diariamente se defrontam com diversas patologias desta natureza no domínio da peritagem médica.

Na sessão de abertura o Presidente do Conselho Directivo do ISS, Edmundo Martinho, salientou a importância destas acções de formação e do interesse que as mesmas têm vindo a suscitar junto dos peritos médicos do SVI, tendo como objectivo uniformizar critérios de avaliação pericial no domínio da verificação de incapacidades temporárias e permanentes.

Os peritos médicos do ISS assistiram com interesse à prelecção de Ana Maria Fernandes, pneumologista do Centro Hospitalar de Vila Real e Peso da Régua, sobre o "DPCO e incapacidade", e ainda à de Clotilde Mota de Andrade, pneumologista do Hospital de Bragança, sobre "Asma e incapacidade".

No final, um espaço aberto para debate e discussão de casos práticos, apresentados por alguns peritos médicos, sob a moderação de Cristina Soares e Fernando Andrade, assessores técnicos de coordenação do SVI dos Centros Distritais de Vila Real e de Bragança, respectivamente, também eles membros do Conselho Médico. □



P O R T U G A L 2 0 0 7

Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia

Eventos promovidos pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social no âmbito da temática - Mudanças Demográficas, Políticas de Família e Coesão Social

Maria José Maia

Gabinete de Apoio a Programas
Instituto da Segurança Social, I.P.
m.jose.maia@seg-social.pt

No quadro da Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia, teve lugar um ciclo de eventos promovido pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, no âmbito da temática - Mudanças Demográficas, Políticas de Família e Coesão Social.

A primeira conferência surge subordinada ao tema Conciliação entre a Vida Profissional, a Vida Pessoal e a Vida Familiar: Novos Desafios para os Parceiros Sociais e as Políticas Públicas que decorreu em Lisboa no Hotel Marriot, nos dias 12 e 13 de Julho.



A grande finalidade deste evento consistiu em analisar a importância de uma melhor conciliação entre trabalho, vida

familiar e pessoal no incremento do emprego, em particular o das mulheres e a competitividade.

Em 17 de Setembro, foi dinamizado em Lisboa no Hotel Meridien, o Fórum dos Serviços Sociais de Interesse Geral (SSIG).



Este evento visou o aprofundamento do debate europeu em torno dos desafios que se colocam ao desenvolvimento dos SSIG, reafirmando a importância dos serviços sociais enquanto elemento basilar do modelo social europeu com forte impacto na promoção da coesão social, cobrindo necessidades e riscos sociais e assegurando o reforço de direitos fundamentais ao mesmo tempo que promove o crescimento económico e a criação de emprego.



A 6ª Mesa Redonda sobre Pobreza e Exclusão Social – Mínimos Sociais: Uma Estratégia para a Protecção e Empowerment, ocorreu nos dias 16 e 17 de Outubro, no Teatro Micaelense, em Ponta Delgada, São Miguel, Açores.

O objectivo traçado para este fórum alargado de encontro entre vários actores sociais, consistiu no debate em torno da questão dos mínimos sociais e a sua relevância para estratégias coerentes e integradas de luta contra a pobreza e exclusão numa dupla dimensão, de protecção e de *empowerment*. Este é um elemento chave num momento em que a Comissão Europeia lança uma nova estratégia, a "active inclusion" – que se configura pela harmonia e pela abrangência entre três pilares: rendimentos mínimos, integração no mercado de trabalho e acessos a serviços sociais de qualidade.

Este ciclo de eventos encerrou com a conferência Os Caminhos da Sustentabilidade e a Reforma dos Sistemas de Pensões, que decorreu nos dias 13 e 14 de Novembro, em Lisboa no Centro de Congressos.

Esta conferência teve como objectivo primordial contribuir para o conhecimento da sustentabilidade social, económica e financeira dos sistemas de pensões na Europa e encontrar desafios comuns e padrões de resposta que permitam ponderar futuros desenvolvimentos no plano europeu.

As conclusões oficiais destes eventos estão disponíveis no site www.mtss.gov.pt. □



Isto Inclui-me

Debate e Sensibilização sobre a Pobreza e Exclusão Social



Alda Teixeira Gonçalves

Núcleo de Estudos e Conhecimento
Cabinete de Planeamento
Equipa Técnica de Apoio à Coordenação do PNAI
Instituto da Segurança Social, I.P.
alda.m.teixeira@seg-social.pt

NOTA INTRODUTÓRIA

O projecto “Isto Inclui-me: da participação à inclusão” privilegiou a divulgação de informação e sensibilização de actores pertinentes para a promoção de uma consciência colectiva face à responsabilização perante as situações de pobreza e de exclusão social, assentando no reconhecimento de que este tipo de fenómenos existem na sociedade portuguesa como na Europa e no Mundo e importa combatê-los colectivamente para construir uma sociedade diferente, com mudanças qualitativas efectivas e maior coesão social.

Este projecto surgiu por iniciativa dos membros do Secretariado Executivo do FNGIS¹, que são os seguintes: Associação de Apoio à Vítima, Cruz Vermelha Portuguesa, FENACERCI, REAPN e ANIMAR, entidade promotora. O Instituto da Segurança Social, I.P. integra esta parceria, sendo entidade co-financiadora, a par da Comissão Europeia (no âmbito do Programa Comunitário de Combate à Exclusão Social²). O surgimento do projecto encontra-se, portanto, intimamente ligado ao processo de inclusão social e à dimensão da participação no âmbito do PNAI.

Os objectivos que o Projecto pretendeu atingir foram os seguintes:

- Promover a descentralização da informação junto dos(as) cidadãos(ãs) relativamente aos fenómenos da Pobreza e da Exclusão Social;
- Contribuir para um debate alargado, descentralizado e inclusivo dos destinatários(as) das Políticas de Combate à Pobreza e à Exclusão Social;

- Sensibilizar para as tendências de evolução dos fenómenos de Pobreza e Exclusão Social em Portugal;
- Divulgar o papel das organizações do 3.º Sector na operacionalização de medidas de combate à Pobreza e à Exclusão Social, inscritas na Estratégia Europeia para a Inclusão Social.
- Envolver os meios de comunicação social numa campanha nacional de sensibilização pública contra a Pobreza e a Exclusão Social.

ISTO INCLUI-ME: DA PARTICIPAÇÃO À INCLUSÃO – ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

As actividades desenvolvidas pelo projecto têm proporcionado experiências diversas de participação pelos diferentes parceiros.

Entre as principais actividades realizadas, importa destacar os Workshops descentralizados e a Campanha de Sensibilização face à pobreza e à exclusão social, destinada ao público em geral.

- *Workshops* locais – sessões de sensibilização e de debate sobre as temáticas da Pobreza, da Exclusão e Inclusão Social, através de abordagens territorializadas, realizadas ou a realizar em todo o território nacional. A utilização de metodologias participativas, tem envolvido activamente agentes e entidades locais, públicas e particulares, e vem dando espaço e voz aos públicos excluídos e/ ou aos seus representantes.

¹ Fórum Não Governamental para a Inclusão Social, para acompanhamento do Plano Nacional de Acção para a Inclusão.

² Actualmente substituído pelo PROGRESS (2007-2013).

Quadro Síntese das Actividades Promovidas

Parceiro Organizador	Data e Região
Instituto da Segurança Social, I.P.	Faro - 04.Jun.07
REAPN	Aveiro - 17.Set.07
FENACERCI	Évora - 10.Out.07
APAV	Açores - 30.Out.07
Cruz Vermelha Portuguesa	Vila Nova de Gaia - 23.Nov.07
APAV	Madeira - 04.Dez.07
ANIMAR - Seminário Final	Lisboa - 10.Dez.07

No âmbito destes Workshops e do próprio Seminário final, foi possível detectar algumas conclusões, demonstrativas do longo caminho que ainda há a percorrer, destacando-se nomeadamente:

- O desafio de pensar e reflectir sobre um planeamento em diferentes patamares (nacional, regional e local), considerando que se trata de um puzzle muito complexo entre orientações europeias, orientações nacionais, diagnósticos e PDS de redes sociais concelhias.
- A importância de trabalhar para uma maior uniformização de linguagens (aos diversos níveis territoriais e sectoriais) e de possuir indicadores comuns nos diferentes patamares de planeamento.
- O desafio de colmatar o desconhecimento ainda demonstrado pelos actores locais face ao PNAI;
- O facto de não se verificar monitorização do PNAI aos níveis locais;
- O facto de o PNAI não contemplar a diversidade dos públicos excluídos;
- A necessidade de aprofundamento do trabalho em parceria e do envolvimento das pessoas e grupos em situação de pobreza e exclusão social;
- Necessidade de maior visão estratégica no âmbito da inclusão social;
- Necessidade de mais qualificação/ formação para os técnicos no âmbito da inclusão e das políticas sociais;
- A importância de dar prioridade à difusão de informação e à auscultação/ discussão com os actores locais.
- **Campanha Nacional de Sensibilização Pública “Não deixe que a pobreza se transforme em paisagem”** – orientada para a sensibilização da população em geral face aos problemas de pobreza e exclusão social com que se debate a sociedade portuguesa e pressupondo o

envolvimento dos meios de comunicação social. Neste âmbito, além da colocação de cartazes em diversos pontos do País e da disseminação de “*postal free*” em vários estabelecimentos, nomeadamente em pastelarias, cafés e bares, foram também produzidos “*spots*” de rádio e para TV.

Este tipo de actividades constituíram um contributo para o conhecimento e/ ou reconhecimento da árdua tarefa que os fenómenos de pobreza e exclusão social constituem e dos desafios que colocam ao Estado e à sociedade civil. O que significa dizer que os actores institucionais públicos e privados, bem como as redes e parcerias possuem responsabilidades acrescidas quer na formação duma consciência colectiva, quer na erradicação dos problemas de pobreza e exclusão social.

SÍNTESE FINAL

Em jeito de síntese final, importa reforçar que a capacidade reflexiva desenvolvida e a desenvolver quer no âmbito do projecto “Isto Inclui-me: da participação à inclusão”, quer para além dele, foi e continuará a ser, sem dúvida, um dos elementos fundamentais tanto na tomada de decisão sobre as intervenções, como nas orientações relativas aos caminhos a prosseguir e ainda nas avaliações dos impactos das intervenções territorializadas face à pobreza e à exclusão social. O objectivo central é o da melhoria da qualidade de vida para todos numa sociedade inclusiva.

Neste contexto, o relator do Workshop promovido pelo ISS, IP, salientou a importância de alguns desafios e condições a ter em conta:

- “**Condições ideológicas**” – combater os problemas de pobreza e exclusão social;
- “**Condições políticas**” – planear as intervenções, como prática corrente, quer no contexto das entidades, quer entre as diversas entidades;
- “**Condições metodológicas e/ ou técnicas**” – criar condições de apropriação dos projectos, medidas de política e planos;
- “**Condições financeiras**” – para projectos concretos a implementar;
- “**Condições societárias**” – incluir os mais desfavorecidos, nas dinâmicas de planeamento participado. □

ECOS

INIA - Iniciativa para a Infância e Adolescência
Consulte o site!



Centro de Recursos em Conhecimento
divulga publicações



O Centro de Recursos em Conhecimento (CRC), do Instituto da Segurança Social (ISS) está a promover no seu Auditório, desde 7 de Fevereiro até 4 de Dezembro, Sessões de Divulgação de Publicações, que se enquadram em diferentes áreas temáticas, e que contam com a participação de autores e representantes de editoras.

A INIA – Iniciativa para a Infância e Adolescência visa o exercício efectivo da universalidade dos direitos a crianças através da definição de um plano de acção que incentiva a mobilização e construção de uma cultura de cooperação entre as instituições e a sociedade civil comprometidas com a defesa dos direitos da criança.

Assim, foi construído um site para a sua divulgação e auscultação da sociedade civil, em especial das crianças, através de um questionário respondido *on-line*.

Já acederam ao site 20 281 visitantes, foram respondidos 1 478 questionários dirigidos às crianças e adolescentes e 539 a pais, professores/educadores e público em geral.

Aceda você também! www.inia.gov.pt

Entre os autores convidados figuram personalidades de reconhecido mérito profissional, nomeadamente professores e investigadores universitários, bem como técnicos e dirigentes de instituições públicas e privadas com trabalho realizado no âmbito da Intervenção social.

Este tipo de Sessões, que o CRC já organiza desde 2006, procura contribuir para a divulgação pública alargada de novas abordagens de problemáticas sociais, não deixando de proporcionar um espaço de debate entre os autores e o público convidado.

Aproveitamos para relembrar que caso esteja interessado(a) em assistir às nossas Sessões de Divulgação de Publicações, pode enviar-nos um mail para iss-crc@seg-social.pt

Ivone Monteiro

Sector de Apoio Técnico à Prevenção do Risco
Unidade de Infância e Juventude
Departamento de Desenvolvimento Social
Instituto da Segurança Social, I.P.
ivone.s.monteiro@seg-social.pt

Liliana Monteiro

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
liliana.p.monteiro@seg-social.pt

Livro "Código do Trabalho" solidário com instituições do distrito de Leiria



No passado dia 5 de Maio, realizou-se no Governo Civil de Leiria, a cerimónia de entrega de donativos que resultou do valor dos direitos de autor dos exemplares vendidos durante a cerimónia da apresentação da 21.ª Edição do Livro "Código do Trabalho", no dia 26 de Janeiro.

Os autores Fernando Gonçalves, Director do Centro Distrital de Leiria do Instituto da Segurança Social, e Manuel João Alves, entregaram mil euros a duas instituições da área da deficiência do Distrito de Leiria, mais concretamente à Cercicaper - Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, de Castanheira de Pêra e ao Centro de Educação Especial Rainha Dra. Leonor, das Caldas da Rainha.

A cerimónia contou com a presença da Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, Idália Moniz, do Governador Civil de Leiria, José Miguel Medeiros, entre outras individualidades do distrito.

Um acto de solidariedade a seguir, um caso de sucesso e enorme mérito dos autores que desde a sua 1ª edição, há 4 anos, o Código do Trabalho chegou à 21ª edição, uma média de 5 edições por ano.

O livro é um contributo imprescindível para quem executa trabalho jurídico: professores, juizes, advogados, alunos, empresários ou o comum cidadão que gosta de estar informado sobre estas matérias, tendo por base dois objectivos fundamentais:

- O primeiro ser um Manual de consulta fácil, dado que o Código do Trabalho comporta quase setecentos artigos e a respectiva Regulamentação cerca de quinhentos. Para o efeito os autores elaboraram exaustivos índices

Correio do leitor

Caro(a) Leitor(a),

A Redacção da Revista Pretextos recebe diariamente testemunhos dos leitores da Revista sobre a apreciação que dela fazem e da utilidade enquanto instrumento de apoio à actividade profissional, sobretudo manifestada por técnicos das áreas sociais. Criámos este espaço para si, leitor da Revista Pretextos, para que nos escreva e nos fale sobre a Pretextos. Quem sabe se no próximo nº não divulgaremos o seu testemunho!

Pode enviar os seus contributos para a Redacção da Revista:

Rua Rosa Araújo, nº 43

1250-194 Lisboa

Fax.: 21 310 20 95

E-mail: m.joao.quedas@seg-social.pt

alfabéticos, quer do Código, quer da Regulamentação.

- O segundo atingir o desiderato (amplamente conseguido) de ser prático. Assim, os autores elaboraram algumas centenas de notas remissivas, que constituem um precioso auxílio na articulação dos mais de mil e duzentos artigos do Código e da Regulamentação do mesmo.

Centro Distrital de Leiria
Instituto da Segurança Social, I.P.



Sites Migração

Alexandra César
Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt



Observatório da Imigração (Portugal)
<http://www.oi.acime.gov.pt/>



Migration Policy Group (Bélgica)
<http://www.migpolgroup.com>



Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I.P. (Portugal)
<http://www.acime.gov.pt/>



Global Commission on International Migration (Sede: Suíça)
<http://www.gcim.org/en/>



International Organization for Migration (Sede: Suíça)
<http://www.iom.int/jahia/jsp/index.jsp>



Migration Information Source (EUA)
<http://www.migrationinformation.org/>



International Migration, Integration and Social Cohesion (Sede: Holanda)
<http://www.imiscoe.org/>



Institute for the Study of International Migration (EUA)
<http://www12.georgetown.edu/sfs/isim/>



Forced Migration Online (Reino Unido)
<http://www.forcedmigration.org/>



Migration Policy Institute (EUA)
<http://www.migrationpolicy.org/>

Bibliografia Temática

Economia Social

Alexandra César

Centro de Recursos em Conhecimento
Instituto da Segurança Social, I.P.
alexandra.m.cesar@seg-social.pt

AMARO, Rogério Roque – *Babby-sitting social : Carnide inova na Economia Social*. Cidade Solidária. Lisboa : Santa Casa da Misericórdia, ISBN 0874-2952, Ano 7, N.º 11 (Fev. 2004), p. 86-89.

AMARO, Rogério Roque ; MADELINO, Francisco – *Economia solidária : contributos para um conceito = aportaciones para un concepto*. [Madeira] : INTERREG III B, 2004. 24 p. : il. ; 23 cm.

APOLINÁRIO, J. M. Marques – *Economia social : a economia entre o Ter e o Ser*. Dirigir. Lisboa : IEFP, ISSN 0871-7354 N.º 79/80 (Mai./Ago. 2002), p. 3-7.

ASSOCIAÇÃO FERNÃO MENDES PINTO – *O terceiro sector em discussão*. [Montemor-o-Velho] : AFMP [200-]. 60, [1] p. : il. ; 26 cm.

BIDET, Éric - *Économie sociale, nouvelle économie sociale et sociologie économique*. Sociologie du Travail. Paris. ISSN 0038-0296. Vol. 42, n.º 4 (Octobre-Décembre 2000), p. 587-599.

CAÇÃO, Rogério -. *A economia social nos países candidatos*. Cooperativas & desenvolvimento. – Lisboa : Editando. - Ano 5, n.º 22 (Nov./Dez. 2002) p. 29.

Cadernos de mutualismo e economia social : textos publicados na Seara Nova. 2.a ed. Lisboa : Montepio Geral, 2002, 118, [2] p. ; 27 cm.

CAMPOS, Manuel Canaveira de – *A economia social em Espanha: a CEPES*. Cooperativas & desenvolvimento. – Lisboa : Editando. - Ano 6, n.º 24 (Mar./Abr. 2003) p. 29-30.

CAMPOS, Manuel Canaveira de – *Os serviços de interesse geral, pilares do modelo europeu*. Cooperativas & desenvolvimento. – Lisboa : Editando. - Ano 6, n.º 24 (Mar./Abr. 2003) p. 31.

Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre a Economia Pública, Social e Cooperativa – *As empresas e organizações*

do terceiro sistema : um desafio estratégico para o emprego : acção piloto terceiro sistema e emprego da Comissão Europeia. Lisboa : Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, 2000. 253 p. ; 23 cm. ISBN 972-9424-36-5.

CIRIEC - Centro Internacional de Pesquisa e Informação sobre Economia Pública Social e Cooperativa - *As empresas e organizações do terceiro sistema : um desafio estratégico para o emprego*. Lisboa : INSCOOP, 2000. 253 p. ; 23 cm. ISBN 972-9424-36-5.

CONFERENCIA EUROPEA "LA ECONOMÍA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE INTEGRACIÓN Y COHESIÓN SOCIAL", Salamanca, 2002 – *La economía social como instrumento de integración y cohesión social*. – Salamanca : PUE, 2002, 1 vol., pag. var. ; 30 cm.

FERRÃO, João - *Economia social, comunidades locais e transferibilidade de informação, conhecimentos e soluções*. Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - N.º 8-9 (Janeiro-Junho 2000), p. 22-27.

GUIMARÃES, Paula Oliveira - *O fim do super homem : que gestores queremos para a economia social do futuro*. Cidade solidária. - Lisboa : Santa Casa da Misericórdia. - ISSN 0874-2952 . – Ano 5. N.º 9 (2002), p. 83-85.

JORGE, Gestrudes - *O mercado social de emprego em Portugal : caminhos percorridos na promoção do emprego e no reforço da cidadania*. Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - N.º 11 (Dezembro 2000), p. 7-18.

LOPES, Albino - *Economia social e cidadania : uma abordagem institucional*. Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - N.º 8-9 (Janeiro-Junho 2000), p. 16-21.

Mesa Redonda "Economia Social e Terceiro Sector em Portugal – Delimitação, Estudos e Projectos", Lisboa, 2004 - *Economia Social e Terceiro Sector em Portugal - Delimitação, Estudos e Projectos*. Porto : Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, 2004. 52 p. ; 27 cm. Redacção ; 3.

Bibliografia Temática

MONTEPIO GERAL – *Cadernos de mutualismo e economia social : textos publicados na Seara Nova*. 2.a ed. Lisboa : MG, 2002. 118, [2] p. ; 27 cm.

NAMORADO, Rui - *A identidade cooperativa na Ordem Jurídica Portuguesa*. Pensamento Cooperativo. - Lisboa. - Ano 1, nº 1 (Dezembro 2000), p. 21-31.

NUNES, Francisco ; RETO, Luís ; CARNEIRO, Miguel - *O terceiro sector em Portugal : delimitação, caracterização e potencialidades*. Lisboa : INSCOOP, 2001. 260 p. ISBN 972-9424-37-3.

NEVES, António Oliveira das - *Para uma relação virtuosa entre economia social e desenvolvimento local : processos e sustentabilidade*. Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - Nº 8-9 (Janeiro-Junho 2000), p. 10-15.

PAIVA, Flávio – *1.º Colóquio Ibérico de Estudos Cooperativos e da Economia Social*. Cooperativas & Desenvolvimento. Lisboa : Editando, Ano 4, n.º 17 (Out. 2001), p. 20-21.

PITACAS, José Alberto – *A economia social como instrumento de integração e de coesão social*. Cidade solidária. – Lisboa : Santa Casa da Misericórdia. – ISSN 0874-2952. – Ano 5. Nº 9 (2002), p. 30-31.

PORTUGAL. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo – *As 100 maiores empresas cooperativas : o sector cooperativo na última década*. Lisboa : Editando, 2001, 118 p. ; 30 cm. ISBN

972-9424-09-8.

PORTUGAL. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo – *O Capital Social do Futuro: 7.ª Conferência de Economia Social*. Cooperativas & Desenvolvimento. – Lisboa : Editando, Ano 4, n.º 17, (Out. 2001), p. 22-24.

PORTUGAL. Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo – *Alargar a Economia Social : de Praga 2002 a Cracóvia 2004*. Cooperativas & Desenvolvimento. - Lisboa. - Nº 27 (Jan./Fev. 2005), p. 30-31.

PORTUGAL. Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Departamento de Estudos Prospectiva e Planeamento - *Avaliação do impacto da estratégia europeia para o emprego em Portugal : relatório final*. Lisboa : DEPP, 2002. 107 p.

Renforcer la dimension locale de la strategie européenne pour l'emploi : étude de faisabilité sur les indicateurs destinés aux niveaux régional et local et à l'économie sociale : rapport final d'une étude réalisée sous la direction de Jacques Dahan. Paris : Groupe Bernard Brunhes Consultants, 2003. 95 p. ; 30 cm.

RODRIGUES, Adriano Vasco – *Economia social : aprender a cooperar*. Pensamento Cooperativo. - Lisboa. - Ano 2, nº 2 (Outubro 2001), p. 45-58.

SILVA, Manuela - *A economia social : uma ponte para a nova cultura empresarial?*. Sociedade e Trabalho. - Lisboa. - ISSN 0873-8858. - Nº 8-9 (Janeiro-Junho 2000), p. 28-32.



**COMPLEMENTO
SOLIDÁRIO
PARA IDOSOS**

**SÓ PARA QUEM
MAIS PRECISA.**

www.seg-social.pt
www.portalsaude.pt

Sabia que pode aumentar a sua reforma e ter mais apoio na saúde?

Informe-se:

Nos serviços da Segurança Social sobre o Complemento Solidário para Idosos;

No Centro de Saúde onde está inscrito sobre os Benefícios Adicionais de Saúde;

Ligue 808 274 200.

Segurança Social agora e sempre



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.